

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**ANÁLISE DO REFLEXO DO PLANO REAL NA RENTABILIDADE DE
DIVERSAS MODALIDADES DE EMPRÉSTIMOS OFERECIDOS POR
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: UM ESTUDO DE CASO DO BANCO DO
ESTADO DE SANTA CATARINA S/A.**

GLAUCO DE SOUSA BACKES

Florianópolis – SC

1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**ANÁLISE DO REFLEXO DO PLANO REAL NA RENTABILIDADE DE
DIVERSAS MODALIDADES DE EMPRÉSTIMOS OFERECIDOS POR
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: UM ESTUDO DE CASO DO BANCO DO
ESTADO DE SANTA CATARINA S/A.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao departamento de Ciências Contábeis, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Acadêmico: GLAUCO DE SOUSA BACKES.
Orientadora: Prof^ª. Dr.^ª. ILSE MARIA BEUREN

Florianópolis – SC

1999

ANÁLISE DO REFLEXO DO PLANO REAL NA RENTABILIDADE DE DIVERSAS
MODALIDADES DE EMPRÉSTIMOS OFERECIDOS POR INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS: UM ESTUDO DE CASO DO BANCO DO ESTADO DE SANTA
CATARINA S/A.

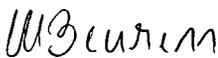
AUTOR: ACADÊMICO GLAUCO DE SOUSA BACKES

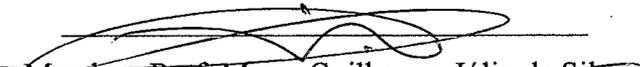
Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de 9,0.. atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo nominada.

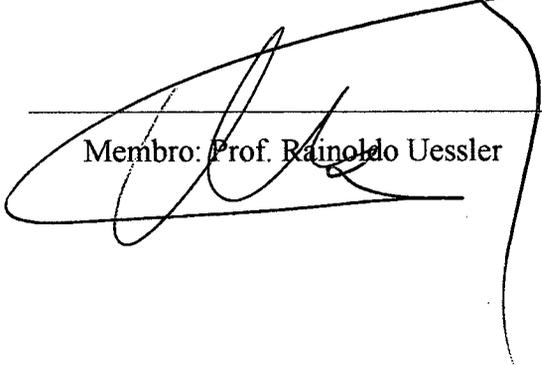
Florianópolis, 16 de março de 1999.


Prof.^a MARIA DENIZE HENRIQUE CASAGRANDE
Coordenadora de Monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:


Presidente: Prof.^a Dr.^a Ilse Maria Beuren


Membro: Prof. M.s.c. Guilherme Júlio da Silva


Membro: Prof. Rainoldo Uessler

“Aos que a riqueza toca
o ouro irrita a pele
Aos que a fama bafeja
Embacia-se a vida.

Aos que a felicidade
É o sol, virá a noite
Mas ao que nada spera
Tudo que vem é grato.”

(Fernando Pessoa)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me guiar nas horas difíceis e iluminar meu caminho, permitindo-me chegar até aqui.

A professora Ilse, por ter me dado esta oportunidade e o privilégio de sua orientação. Pela sincera amizade e compreensão, pelo respeito a mim confiado, o meu respeito e meu obrigado.

Aos meus pais, Walmor e Nilza, pelo Dom da vida, pelo carinho, apoio, amor. Por me fazerem enxergar o futuro com esperança, pelos momentos de dedicação, por me servirem de espelho do mundo, ensinarem o que é certo e errado, fazerem ser aquilo que sou e por terem estado sempre à vista quando era preciso para que eu pudesse vencer mais uma etapa, obrigado.

À minha irmã, Elaine, pelo carinho, amizade, amor e sinceridade.

Aos meus amigos Giovanna, Marília, João Augusto e Rodrigo, por me apoiarem nos momentos difíceis e pelos momentos maravilhosos por que passamos.

Aos meus colegas de curso pela oportunidade de enriquecimento pessoal e profissional, pelo estímulo de vencer todas as etapas pelas quais passamos, por acreditarem em mim, meu muito obrigado.

Aos professores do curso de graduação de Ciências Contábeis que contribuíram para minha formação acadêmica.

Aquelas pessoas, cujos nomes não são citados, mas que direta ou indiretamente colaboraram, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

O presente estudo objetiva fazer uma análise do reflexo do Plano Real na rentabilidade de diversas modalidades de empréstimos oferecidos por instituições financeiras, baseando-se no Banco do Estado de Santa Catarina.

Inicialmente desenha-se o cenário econômico brasileiro, num período que abrange a introdução do Plano Real e os anos seguintes. Caracteriza-se, mais especificamente, situações decisivas para a economia brasileira, incluindo-se, então, a crise mexicana no final de 1994, a crise asiática no último trimestre de 1997, a crise russa em 1998 e, finalmente, a crise que se abateu sobre o Brasil no começo de 1999.

Após a caracterização dos acontecimentos econômicos, seguindo os objetivos propostos inicia-se a teorização sobre três tipos específicos de empréstimos concedidos por instituições financeiras: o arrendamento mercantil, a caução de duplicatas a receber e o crédito pessoal.

No decorrer do período observado, o Brasil passou por mudanças drásticas na sua economia. Primeiramente, buscou reestruturar o seu sistema financeiro fraco, pois este dependia essencialmente da inflação elevada, quando esta reduziu-se, o sistema financeiro foi exposto.

Por conseguinte as empresas nacionais foram obrigadas a se adaptar, inclusive aquelas que fazem parte do sistema financeiro. A preocupação primeira consistia na sua manutenção no mercado, para em seguida, procurar aumentar seus lucros.

Assim, faz-se mister observar essa passagem da economia brasileira e estudar seus reflexos sobre o sistema financeiro nacional, pois este tem influência sobre os demais setores da economia.

Constatou-se que na pesquisa realizada que, houveram mudanças ocorridas entre os empréstimos concedidos pela empresa estudada, e a sua variação de vendas e dos juros que influenciaram o aumento destes.

SUMÁRIO

RESUMO

LISTA DE QUADROS	7
CAPÍTULO 1	8
1.1 Introdução	8
1.1.1 Considerações iniciais	8
1.1.2 Problematização	9
1.1.3 Organização do estudo	9
1.1.4 Objetivos	10
1.2 Metodologia de Pesquisa	10
1.2.1 Metodologia aplicada	10
1.2.2 Limitações da pesquisa	11
CAPÍTULO 2	13
2.1 Revisão bibliográfica	13
2.1.1 Plano Real	13
2.1.2 Modalidades de empréstimos	18
2.1.2.1 Arrendamento mercantil	19
2.1.2.2 Caução de duplicatas a receber	23
2.1.2.3 Crédito pessoal	24
2.1.3 Mudanças ocorridas nas Instituições Financeiras	24
CAPÍTULO 3	26
3. 1 Apresentação da Banco do Estado de Santa Catarina	26
3.2 Análise do arrendamento mercantil	26
3.3 Análise dos juros da caução de duplicatas a receber	34
3.4 Análise dos juros do crédito pessoal	34
3.5 Comparação entre a rentabilidade pré e pós – Plano Real	35
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	37
BIBLIOGRAFIA	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Desempenho econômico do BESC S/A – Arrendamento Mercantil no exercício de 1995	27
Quadro 2 – Desempenho econômico do BESC S/A – Arrendamento Mercantil no exercício de 1996	29
Quadro 3 – Desempenho econômico do BESC S/A – Arrendamento Mercantil no exercício de 1997	31
Quadro 4 – Desempenho econômico do BESC S/A – Arrendamento Mercantil no exercício de 1998	33

CAPÍTULO 1

Este primeiro capítulo será dividido em duas partes. A primeira contemplará a introdução do presente trabalho. A segunda exteriorizará a metodologia de pesquisa que será aplicada no trabalho.

1.1 INTRODUÇÃO

Esta parte constituir-se-á das considerações iniciais. Além disso, abordará a problematização e os objetivos que orientarão o presente trabalho. Na seqüência será apresentada a organização do estudo.

1.1.1 Considerações iniciais

A globalização econômica afetou intensamente o Brasil. A abertura econômica, iniciada com o governo do ex-presidente Fernando Collor de Melo, teve grande influência nas empresas, pois estavam em um regime de proteção econômica, que as tornou pouco competitivas, em comparação com as que existem fora do país.

Como conseqüência, várias empresas faliram. Outras fundiram-se, ou foram absorvidas por outras, buscando uma forma de sobrevivência no mercado mundial, ou seja, para que tivessem mantida sua continuidade no mercado cada vez mais competitivo.

Para que a economia pudesse acompanhar todas as mudanças pelas quais o país estava passando, o governo federal criou um plano que tinha por objetivo principal acabar com a inflação galopante, este plano foi denominado “Plano Real”.

Idealizado e iniciado no governo de Itamar Franco, no ano de 1994, pela equipe do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, atual presidente da república, o plano transformou profundamente a economia brasileira. Iniciou-se como Medida Provisória, sob o nº 542/94, determinando que a partir de 1º de julho de 1994 a unidade do sistema monetário nacional seria o REAL. Somente a partir de 1995 transformou-se em lei, LEI nº 9.069/95. A partir daí, outras medidas provisórias vêm complementando o Plano Real.

Nos anos seguintes, a economia brasileira experimentaria a redução radical da inflação. Conseqüentemente os preços caíam e a economia estabilizaria, atraindo capital externo para o desenvolvimento da mesma, capital este que foi utilizado como lastro para o Real, que permaneceria no país nas bolsas de valores nacionais para captação de juros.

O Brasil entrava numa nova era. Com a globalização atrelou sua economia ao mundo, quer dizer, qualquer problema fora do país refletiria-se profundamente na economia nacional.

1.1.2 Problematização

Com a mudança econômica, as instituições financeiras não puderam mais apostar na ciranda financeira a que estavam acostumadas. Os bancos tiveram que mudar suas estratégias para alcançar lucros, ou seja, tiveram que mudar sua perspectiva de geração de resultados.

Estas instituições não poderiam continuar lucrando com os altos juros acrescidos da correção monetária que cobravam de seus empréstimos. Pois os juros nominais caíram radicalmente, mudando o perfil das mesmas e o de seus clientes, isto é, todos teriam que se adaptar aos novos tempos.

O processo de globalização que vem transformando o mundo rapidamente, agora atingia o Brasil em cheio, fazendo com que as instituições financeiras reformulassem seu comportamento com relação aos mercados externo e interno.

Portanto, faz-se necessário o estudo dos reflexos práticos das mudanças da política econômica do Brasil, frente ao processo de globalização. Mais especificamente, com a criação do Plano Real, como ocorreu a reestruturação do mercado das instituições financeiras, observando-se as características de seus produtos e clientes e os resultados quantitativos dessa transformação.

1.1.3 Organização do estudo

As instituições financeiras passaram por drásticas mudanças desde a criação do Plano Real. A forma de conseguir lucros mudou, visto que a ciranda financeira já não dá

mais grandes lucros. Consequentemente, estas foram obrigadas a dar maior atenção a seus produtos, como os empréstimos. Pois, seus lucros são obtidos, agora, através dos juros dos mesmos.

Torna-se importante a observação dos efeitos do Plano Real nas instituições financeiras. Houve mudanças nas quantidades de pedidos de empréstimos, no valor, nos juros cobrados e no perfil do cliente.

Este trabalho preocupar-se-á apenas com a quantidade e com a rentabilidade dos mesmos. A constatação destas mudanças é importante para que sejam percebidas e analisadas no processo de gestão dessas instituições.

1.1.4 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar o reflexo do Plano Real na rentabilidade dos diversos tipos de empréstimos oferecidos por instituições financeiras.

De forma mais analítica, pretende-se os seguintes objetivos específicos:

- evidenciar aspectos do Plano Real que afetaram diretamente as instituições financeiras;
- caracterizar três tipos de empréstimos que as instituições financeiras oferecem: arrendamento mercantil, caução de duplicatas a receber e crédito pessoal;
- averiguar as mudanças ocorridas na forma de remuneração de cada um deles a partir do Plano Real; e
- comparar os resultados alcançados com esses empréstimos antes e depois do Plano Real.

1.2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta seção serão apresentadas a metodologia aplicada à presente pesquisa e as limitações que a mesma impõe ao presente estudo.

1.2.1 Metodologia aplicada

Este trabalho constitui-se num estudo exploratório, realizado através de um estudo de caso, permitido para um trabalho monográfico. Salomon¹ classifica a monografia em dois sentidos, o *lato* e o *estrito*, sendo que o último é subdividido em monografias escolares e monografia científica. Assim, o presente trabalho consubstancia-se de uma monografia escolar, com informações de segunda mão, apresentado ao final do curso de graduação, por um aluno. Por sua vez, Lakatos² descreve estudo de caso como:

“Criado por Le Play, que o empregou ao estudar famílias operárias na França. Partindo do princípio de que qualquer caso que se estude em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou até de todos os casos semelhantes, o método monográfico consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações.”

Também será realizado um embasamento teórico para introduzir conceitos indispensáveis ao entendimento deste estudo. A técnica de pesquisa utilizada para a presente obra foi a análise de conteúdo que, segundo Lakatos e Marconi³, descreve sistemática, objetiva e quantitativamente o conteúdo da informação.

O trabalho será executado em várias etapas. A primeira constituir-se-á da coleta da bibliografia pertinente ao tema nas bibliotecas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG/UFSC) e Biblioteca Pública Municipal, além de pesquisa na Internet pela busca de bibliografias alternativas. A bibliografia incluirá informativos, periódicos, leis e livros concernentes ao tema do trabalho. Na seqüência far-se-á a leitura do material coletado, para posterior segregação do mesmo, isto é, do que for considerado relevante para o desenvolvimento do trabalho.

A etapa seguinte consistirá da coleta de dados a ser realizada em uma instituição financeira. Para o presente estudo será utilizado o Banco do Estado de Santa Catarina S/A.

1.2.2 Limitações da pesquisa

¹ SALOMON, Décio Vieira. *Como fazer uma monografia*; elementos da metodologia do trabalho científico. 2 ed. Belo Horizonte, Interlivros, 1972, p. 219.

² LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia Geral*, 4 ed. São Paulo: Atlas, 1982 p. 33

³ LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1987. p 107.

Devido a extensão dos elementos que abrangem a pesquisa, sobre a tomada de empréstimos pelas pessoas físicas e jurídicas, torna-se importante delimitar a sua abordagem. Portanto, o estudo ficará restrito à “análise do reflexo do Plano Real na rentabilidade dos empréstimos oferecidos por instituições financeiras estaduais”.

Não obstante, que o presente estudo terá restrições impostas pela delimitação do tema, pois a pesquisa será direcionada a abranger, exclusivamente, os objetivos propostos neste trabalho.

Por último os resultados da pesquisa ficarão restritos a instituição financeira, objeto de estudo, ou seja, por se tratar de um estudo de caso, os resultados desta não alcançam outras organizações.

CAPÍTULO 2

Neste capítulo, será evidenciada a revisão bibliográfica, que constituirá o arcabouço teórico da presente pesquisa.

2.1 Revisão bibliográfica

Para uma melhor compreensão do presente estudo, a revisão bibliográfica será dividida em três partes. Na primeira serão evidenciados aspectos relevantes do Plano Real. A segunda caracterizará diferentes tipos de empréstimos: arrendamento mercantil, caução de duplicatas a receber e crédito pessoal. Na terceira parte serão discutidas as possíveis mudanças provocadas nas instituições financeiras estaduais em função das transformações ocorridas na economia.

2.1.1 Plano Real

Para entender melhor a economia brasileira, faz-se mister observar alguns aspectos da mesma, conforme PEREIRA apud PEREIRA e NAKANO⁴:

“Qualquer análise da inflação brasileira deve partir do pressuposto de que o Brasil é um país subdesenvolvido, cujo mercado capitalista se encontra imperfeitamente estruturado, seja pelo domínio pelos setores chaves da economia por empresas oligopolistas organizadas em forma de cartel, seja pela existência de um Estado economicamente forte, dotado de instrumentos efetivos para influir de forma decisiva na distribuição do excedente econômico.

A partir dessa perspectiva a inflação brasileira é um instrumento de transferência de renda dos setores politicamente mais fracos, ou seja dos trabalhadores, e dos setores economicamente menos dinâmicos, para os setores economicamente dinâmicos e politicamente fortes que comandam o processo de acumulação de capital no país. A inflação é uma luta dos grupos dominantes para se apropriarem de uma parcela cada vez maior do excedente econômico, em prejuízo dos trabalhadores, da baixa e média tecnoburocracia e das pequenas e médias empresas situadas nos setores capitalistas tradicionais ou competitivos da economia.”

Para que a economia brasileira fosse globalizada era necessário uma abertura

⁴ PEREIRA, Luiz Bresser e NAKANO, Toshiaki. *Inflação e recessão: a teoria da inércia inflacionária - as contradições da inflação brasileira*. 3 ed. São Paulo - : Brasiliense, 1991. p. 119.

progressiva, quebrando a hegemonia dos monopólios e oligopólios existentes no país. Essa abertura foi iniciada com o governo do ex-presidente Fernando Collor de Melo, em 1990.

O início do Plano Real se deu com a criação da URV (Unidade Real de Valor) que funcionava como um índice para regulamentação dos preços dos produtos. A URV foi estabelecida com um valor em cruzeiros reais até a chegada da nova moeda. Os preços dos produtos poderiam aumentar de valor apenas em URV⁵.

A URV foi criada para simular uma economia com inflação controlada. Portanto, os preços não deveriam subir, pois com uma inflação a baixos índices, esta não poderia influenciar um aumento nos preços, cortando pela raiz o círculo vicioso que transformava a inflação brasileira em uma das mais altas do mundo⁶.

O círculo vicioso funcionava da seguinte forma: os empresários com medo da desvalorização da moeda elevavam o preço de seus produtos para que não tivessem perdas, esta elevação fazia com que a inflação aumentasse ainda mais, desvalorizando a moeda, que fazia com que os empresários elevassem seus preços novamente, e assim seguia o círculo, num sistema cíclico de aumento de preços, que aumentava a inflação, que desvalorizava a moeda, que aumentava os preços⁷.

Quando os empresários e a população estavam habituados a uma economia que aparentemente era controlada pelo governo brasileiro, o então Presidente da República, Itamar Franco, substituiu a moeda em circulação, o Cruzeiro Real, que estava desvalorizada, pelo Real, através da Medida Provisória nº 542/94, que era uma moeda forte, vinculada ao dólar, pode-se dizer, então, que tinha como lastro o dólar. Dinheiro lastreado pelas reservas cambiais do governo⁸.

Inicialmente o real teve seu valor majorado em relação ao dólar. Esta atitude governamental provocou a elevação das importações, pois a cotação do dólar foi favorável para tal. Só então o governo brasileiro decidiu pela política de controle da cotação, fazendo com que a moeda nacional sofresse uma pequena desvalorização para equilibrar as importações⁹.

O Plano Real tornou-se lei apenas no ano de 1995, com a Lei nº 9.069/95, no

⁵ Economia e Negócios, *VEJA*. Ed. Abril: São Paulo – SP, ed. 1329 p. 81, 02 de março de 1994.

⁶ Idem. p. 81

⁷ GASPAR, Elio. Economia & Negócios, *VEJA*. Ed. Abril: São Paulo – SP. 1347, p. 23, 06 de julho de 1994.

⁸ Idem p. 22

⁹ Idem. p. 23

governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito no ano anterior.

A mudança de moeda, conjuntamente com o implemento do Plano Real, fez com que as taxas de juros nominais caíssem vertiginosamente, não iguais às taxas internacionais, mas a níveis aceitáveis para o desenvolvimento econômico, retirando o Brasil de uma década fortemente recessiva.

Até o momento, pode-se dizer que o Plano Real está vinculado ao capital externo, mas não a um capital de investimento de longo prazo, na criação do que pode-se chamar de capital produtivo, mas num capital especulativo, formado, principalmente, por fundos de pensão, que circulam pelo mundo atrás de rendimentos com juros altos para o atendimento de seus objetivos¹⁰.

Por essa razão o governo federal controlava o dólar através de suas reservas cambiais. Quando há uma grande procura pelo dólar o Banco Central injetava dólares no mercado para controlar o valor do mesmo, para que não ocorresse uma desvalorização da moeda nacional.

Quando da posse do atual presidente Fernando Henrique Cardoso o sucesso inicial do plano real era incontestável, mas o governo deveria mostrar seriedade no acerto de suas contas sem o auxílio da inflação, que propiciava a corrosão dos gastos orçamentários¹¹.

Os salários foram convertidos pela média em URV dos quatro meses anteriores ao lançamento do plano real, estes não perdiam seu valor monetário pois antes do plano a inflação corroía seu poder de compra, com o advento deste o dinheiro não perdia seu valor pois a inflação caiu a níveis muito baixos se comparados aos anteriores¹².

No entanto, a manutenção de uma banda cambial assimétrica, combinado com uma política monetária de juros primários elevados, fez com que o real tivesse uma apreciação em relação ao dólar de 15% em 31 de dezembro de 1994. O impacto da perda fez com que o custo de produção aumentasse e para que não houvesse pressão na demanda o governo brasileiro liberou as importações forçando os empresários nacionais a manterem os preços estabilizados¹³.

Houveram aumentos salariais para os militares e todo o funcionalismo também foi beneficiado, por fim o salário mínimo foi elevado para o valor de R\$ 100,00, o que

¹⁰ PETRY, André. Busca de Identidade, *VEJA*, Ed. Abril: São Paulo – SP. ed. 1347. p. 30-31, 06 de julho de 1994.

¹¹ O Plano Real e outras experiências internacionais de estabilização - Brasília: IPEA/CEPAL, 1997.P.179.

¹² Idem. p. 179.

¹³ Idem. p. 181.

representava 10% a mais que o IPCR, estendendo-se este aos benefícios previdenciários¹⁴.

Cresceu, assim, a demanda interna, forçando o aumento da utilização da capacidade instalada na indústria e a uma rápida deterioração da balança comercial¹⁵.

De acordo com BACHA¹⁶:

“Foi nesse contexto de forte alteração de preços relativos e da relação entre demanda e produção que a economia brasileira se viu atingida pelos reflexos da crise mexicana. Isso levou a um refluxo dos movimentos internacionais de capitais, acrescentando-se às pressões sobre as reservas internacionais que já se manifestavam desde setembro, em função da deterioração da balança comercial. Em consequência, as reservas internacionais do país experimentaram uma queda acentuada a partir do final de 1994.”

Devido à crise mexicana, o governo brasileiro, no primeiro semestre de 1995, resolveu adotar medidas para lidar com o desequilíbrio que ameaçava a sustentação do Plano Real; aumentou a taxa de juros e impôs restrições adicionais à expansão de crédito, essas medidas somaram-se a outras existentes anteriormente que impuseram um compulsório de 30% sobre os depósitos a prazo e de 15% sobre empréstimos bancários¹⁷.

Neste mesmo período, o governo brasileiro anunciou uma desvalorização do real de 5%, combinada com a adoção de uma banda cambial deslizante e um aumento de 20% para 70% das tarifas de importações de automóveis¹⁸.

Por causa das incertezas quanto a forma que se trabalharia no regime de bandas cambiais houve pressão sobre as reservas cambiais. Porém, o governo instituiu minibandas, alargando de tempos em tempos as mesmas, desvalorizando o real em relação ao dólar. Só então o mercado internacional absorveu estas mudanças e o país voltou ao normal¹⁹.

Em junho de 1995 houve a quebra da desindexação do salário, historicamente criada a partir de 1964, fazendo com que os sindicatos patronais e os sindicatos dos empregados negociassem os salários a partir de então²⁰.

Todas essas medidas conjuntas fizeram com que o capital externo retornasse às reservas cambiais, que reduziu-se em US\$ 10 bilhões no primeiro semestre. Além da recuperação da perda, o volume de capital cresceu continuamente, atingindo um valor de

¹⁴ Op. Cit. p. 182.

¹⁵ Op. Cit. p. 182.

¹⁶ Op. Cit. p. 183.

¹⁷ Op. Cit. p. 183-184.

¹⁸ Op. Cit. p. 184.

¹⁹ Op. Cit. p. 184.

²⁰ Op. Cit. p. 186.

aproximadamente US\$ 58 bilhões no final do primeiro semestre de 1996²¹.

O aumento dos juros e a reversão econômica ocorrida no segundo semestre de 1995 fez com que as empresas que se endividaram, com o *boom* dos 12 meses anteriores, em busca de financiamentos para seu desenvolvimento, tivessem sua situação agravada, particularmente na agricultura. Os bancos que já não ganhavam com o mercado financeiro, tanto quanto antes, tiveram problemas e para que a corrida aos bancos fosse estancada o governo federal instituiu o PROER, que é um programa de reestruturação dos bancos privados, para socorrer os bancos em dificuldade, pois a falência destes poderia por em risco a estabilidade monetária²².

Outro impacto da política de juros elevados foi sobre o déficit público, saindo de um superávit de 1,34% do PIB em 1994 para um déficit de 4,99% do PIB em 1995, uma diferença de 6,33 pontos percentuais do PIB²³.

No segundo semestre do ano de 1997 o governo teve que elevar as taxas reais de juros, tornando o Brasil um dos países com as mais elevadas taxas mundiais. Fez isso para que os dólares das reservas cambiais não fossem levadas do país. Esta foi uma medida necessária devido a quebra dos “tigres asiáticos”, países que estavam com sua economia em plena evolução no continente asiático, evolução que era financiada pelo capital japonês. Não obstante, o valor das cotações de suas bolsas de valores estavam sobrevalorizadas, os bancos possuíam muitos créditos podres, por emprestarem dinheiro a empresas que não poderiam pagar. O resultado disto foi a desconfiança dos investidores internacionais nas chamadas economias emergentes, entre as quais o Brasil faz parte. Tal fez com que estes retirassem seus investimentos dos outros países para saldar suas dívidas, e com que ocorresse a fuga de dólares do Brasil, forçando o governo a aumentar as taxas de juros para segurar os investimentos existentes no país²⁴.

O governo não só deteve a fuga de dólares como também aumentou as reservas cambiais, mas este fator fez com que a dívida interna também aumentasse, pois pagava-se juros maiores aos investimentos que aqui permaneciam. A solução foi baixar gradativamente as taxas de juros, depois de restabelecida a confiança dos investidores.

Quando o governo começou a diminuir as taxas de juros, no ano de 1998, uma outra crise aconteceu no mundo, na Rússia mais especificamente, com uma economia fraca

²¹ Op. Cit. p. 188.

²² Op. Cit. p. 189.

²³ Op. Cit. p. 190.

e deteriorada, mas com grande influência política, devido, principalmente, a seu armamento nuclear, este país pede a sua moratória. Muitos investidores perderam dinheiro em transações com a Rússia, entre os quais os principais foram Alemanha, maior credor com empréstimos no valor aproximado de trinta bilhões de dólares, e Estados Unidos, em segundo lugar com sete bilhões de dólares²⁵.

Todo este movimento fez com que as reservas brasileiras quase que evaporassem, fazendo com que o governo novamente tomasse medidas drásticas, que foram além do aumento de juros, implicaram-se em cortes no orçamento para equilibrar, a dívida interna e garantir a confiança dos investidores internacionais.

No início de 1999 houveram mais saídas de capitais externos, o Governo Federal continua com a política de juros altos e, inesperadamente, muda de direção desvalorizando o Real, inicialmente tenta uma desvalorização controlada, a âncora cambial foi arrastada pela livre flutuação do Mercado.²⁶

A cotação do dólar chegou a R\$ 2,07 no início de fevereiro, o mercado esperava que este fosse o teto da cotação, o abalo da economia brasileiro vem crescendo a cada dia e não se sabe quando e como vai acabar²⁷.

2.1.2 Modalidades de Empréstimos

As instituições financeiras possuem diversos tipos de empréstimos²⁸. Existem os Cheques Especiais, para pessoas físicas e para pessoas jurídicas. Estes são créditos abertos em conta corrente mediante emissão de contrato, proporcionando ao cliente uma conta rotativa com um limite fixado.

Há as Operações de Desconto de Notas Promissórias e de Duplicatas a receber, que são títulos de crédito, de emissão de pessoa jurídica ou física, devidamente avalizada, a favor do banco. Uma outra modalidade está voltada para o financiamento de capital de giro. Esta subdivide-se em Empréstimos em Conta Corrente (ECC) com garantia de

²⁴ LAVORATTI, Líliliana Henriqueta. Copom dobra os juros básicos da economia, *Gazeta Mercantil*. São Paulo, p. B1, 31 de outubro de 1997.

²⁵ NASCIMENTO NETO, Antenor. O terror que vem da Rússia, *VEJA*. Ed. Abril: São Paulo – SP ed. 1562, p. 124. 02 de setembro de 1998.

²⁶ ÉPOCA. Brasil: Globo, 18 de janeiro de 1999. Semanal.

²⁷ VEJA. Brasil: Abril, 3 de fevereiro de 1999. Semanal.

²⁸ BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A. Manual de Serviços 9, Operações Gerais.

duplicatas ou sem a garantia das mesmas; Empréstimo para Micro e Pequenas Empresas que estimula a criação e continuidade das mesmas; Crédito Garantido; Empréstimo para Recolhimento de ICMS; Hot Money de curtíssimo prazo; Financiamento para Pagamento de 13º. Salário; Financiamento para Arrecadação de Tributos como IR, IPI, INSS, FGTS, PASEP, PIS, FINSOCIAL, INCRA, ICMS e outros, e arrecadações de energia elétrica e telefone; Empréstimo Especial; e, por fim Garantias Vinculadas a Empréstimos (Caução de Duplicatas ou bem).

Existem também as linhas de crédito, como FINAME - Programa automático, que destina-se à aquisição de máquinas e equipamentos novos produzidos no país; FINAME - Programa de Fomento a Produção de Embarcações, como o nome já diz estimula a construção naval; FINAME/BESC - participação, para pequenas e micro empresas, Antecipação da Receita Orçamentária a Municípios Catarinenses, Fiança Bancária; e POC Convênio BESC/BADESC, que objetiva disciplinar a elaboração de análise, contratação e acompanhamento de projetos, em operações de crédito com recursos do Sistema BNDES a serem contratados pelo BESC; e existe o Financiamento de Bens de Consumo chamado de BESCREDI que é o Crédito Direto ao Consumidor; por fim há as Operações de Arrendamento Mercantil.

Denota-se pelo exposto que há modalidades de empréstimos mais gerais e outras mais específicas de determinadas instituições financeiras. Em seguida serão discutidas aquelas que são alvo do objeto de estudo, nesta monografia.

2.1.2.1 Arrendamento mercantil

O Arrendamento Mercantil é bastante utilizado pela facilidade de pagamento. Por exemplo, se uma empresa deseja comprar um ativo tem que pagar uma entrada de valor elevado, já com o arrendamento mercantil isto não acontece.

Conceituando o Arrendamento Mercantil, Gitman²⁹ diz que:

“O arrendamento (mercantil) envolve a utilização de ativos permanentes específicos, tais como terreno e equipamento, sem efetivamente se ter sobre eles direito de posse. A arrendatária recebe serviços dos ativos arrendados pela arrendadora, que tem a propriedade dos ativos. Em troca do uso dos ativos, a arrendatária efetua à arrendadora um pagamento periódico fixo, que em geral é

²⁹ GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. 3 ed. São Paulo: Harbra, 1987. p. 629

feito antes de se iniciar cada período do arrendamento. O pagamento referente ao arrendamento é tratado pela arrendatária como uma despesa dedutível para fins de imposto de renda; os recebimentos de arrendamentos são tratados como receitas pela arrendadora.”

Para melhor compreender como funciona um arrendamento mercantil pode-se compará-lo com a compra de um ativo qualquer. No caso da compra direta a empresa deve efetuar um pagamento de um valor à vista ou concordar com um plano de pagamento de prestações que o levarão a um tipo de obrigação a longo prazo, implicando no aumento do ativo e passivo da empresa compradora. No caso do arrendamento mercantil a empresa utiliza o bem sem que este modifique alguma conta do Balanço Patrimonial. O arrendamento é considerado uma fonte de financiamento, pois possibilita a empresa ter o uso de um ativo permanente, sem incorrer diretamente numa obrigação de empréstimo.

Há basicamente dois tipos de arrendamento mercantil³⁰: os arrendamentos operacionais e os financeiros.

a) Arrendamentos Operacionais

A arrendatária (aquela que pede o arrendamento) faz um acordo com a arrendadora (aquela que concede o arrendamento) para efetuar pagamentos periódicos, durante cinco anos ou menos. Este tipo de arrendamento pode ser cancelado à opção da arrendatária, que poderá pagar um valor predeterminado pelo cancelamento. São comumente utilizados para arrendar computadores, equipamentos pesados, automóveis e caixas registradoras; estes ativos geralmente possuem vida útil maior do que o prazo de arrendamento. Ao final do arrendamento a arrendatária tem a opção de compra do ativo, caso esta não o compre a arrendadora pode vendê-lo ou arrendá-lo novamente, desta vez por um valor menor, pois a vida útil do bem estará defasada, pois, geralmente, estes bens são tecnologias que logo tornam-se ultrapassadas devido à rápida evolução da mesma.

b) Arrendamento Financeiro

Este também é chamado de arrendamento de capital. O seu prazo é mais longo do que o operacional e não pode ser cancelado, obrigando a arrendatária a efetuar pagamentos por um período definido, mesmo que esta não precise mais do serviço. São comumente usados para arrendar terrenos, edifícios e grandes peças de equipamento fixo. Devido à cláusula de pagamento predeterminado, este tipo de arrendamento assemelha-se a um financiamento de longo prazo. O pagamento é uma despesa fixa dedutível para fins de

³⁰ Op. Cit. p. 630.

imposto de renda. Os pagamentos totais do arrendamento são maiores que seu custo inicial, ou seja, o período de arrendamento é paralelo a vida útil do bem.

Certas opções são apontadas por Gitman³¹ de arrendamento:

a) Aquisição de ativos arrendados

Existem duas técnicas básicas mais comuns que são:

⇒ arrendamentos diretos-- são aqueles em que a arrendatária não possuía os ativos que receberá em arrendamento.

⇒ contratos de venda de leaseback-- esta segunda técnica é aquela em que a arrendatária possui o bem e o vende para uma empresa de arrendamento e arrenda o bem, este ato aumenta a liquidez da arrendatária, podendo esta adquirir o bem novamente quando do término do arrendamento.

b) Cláusula de manutenção

No caso de arrendamentos operacionais, que tem geralmente curto prazo, a arrendadora fica responsável pela manutenção do bem, tendo cláusulas de manutenção especificadas em contrato que devem ser seguidas, a arrendadora incluirá nas contraprestações o valor da manutenção, que devido a curta vida útil do bem pode-se fazer uma estimativa do mesmo. Para os arrendamentos financeiros, no contrato de arrendamento há cláusulas que exigem das arrendatárias a manutenção do bem, ou seja, as contraprestações incluem apenas o valor do bem sem o valor da manutenção.

c) Renovação

Dá-se a arrendatária a opção de arrendamento ao final do prazo. São comuns as renovações para arrendamentos operacionais por um valor normalmente menor do que as contraprestações pagas pelo primeiro arrendamento.

d) Tipos de arrendadoras

Para arrendamentos operacionais a arrendadora é normalmente a fabricante do item, tais como IBM e Telex; existem companhias independentes como Hertz e Avis. Os arrendamentos financeiros são oferecidos por instituições financeiras como bancos comerciais e companhias de seguro de vida. Embora com desprezível participação, hoje em dia os fundos de pensão também participam deste mercado.

³¹ Op. Cit. p. 631-633.

Como principais vantagens do arrendamento mercantil, são destacadas³² as seguintes:

- ⇒ permite a depreciação efetiva de um terreno, pois pode reduzir as prestações para fins fiscais, o efeito é o de depreciação;
- ⇒ como não ocorre aumento no Balanço Patrimonial tende a resultar em índices financeiros distorcidos;
- ⇒ no caso de leaseback a empresa aumenta a sua liquidez;
- ⇒ o arrendamento mercantil permite 100% de financiamento do bem;
- ⇒ quando ocorre falência ou reorganização o direito máximo dos arrendadores é de três anos de prestações;
- ⇒ a empresa evita o custo da obsolescência se a arrendadora, ao determinar as prestações, deixar de antecipar exatamente a obsolescência de ativos e fixá-las muito baixas;
- ⇒ num contrato de arrendamento a arrendatária evita cláusulas restritivas, que geralmente ocorrem num financiamento de longo prazo; e
- ⇒ oferece a empresa flexibilidade financeira.

Por sua vez as principais desvantagens apontadas³³ são as seguintes

- ⇒ não possui custo de juros determinado, de modo que o retorno para a arrendadora é bastante elevado;
- ⇒ ao final do arrendamento o valor residual é calculado pela arrendadora, se a arrendatária comprasse o bem poderia receber este valor; um valor residual reconhecido pela arrendadora resulta numa prestação mais baixa;
- ⇒ normalmente nos contratos de arrendamento mercantil existem cláusulas restritivas quanto a melhorias na propriedade ou ativo arrendado, sem a aprovação do arrendador, se possuísse o bem não haveria dificuldade; geralmente o arrendador até incentiva melhoramentos que possam aumentar o valor residual do bem; e
- ⇒ se o bem torna-se obsoleto o arrendatário deve continuar pagando as prestações do arrendamento mesmo que não o utilize.

³² GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. 7 ed. - São Paulo - SP: Harbra Ltda., 1997. P 554-555.

³³ Idem. p 555.

2.1.2.2. Caução de duplicatas a receber

Sobre a caução de duplicatas nada mais é do que um tipo de empréstimo de curto prazo. Gitman³⁴ afirma:

“Uma caução de duplicatas é muitas vezes usada para garantir um empréstimo a curto prazo. Uma vez que as duplicatas apresentam normalmente bastante liquidez, são uma forma atraente de colateral para empréstimo a curto prazo. Tanto os bancos comerciais como as financeiras concedem empréstimos mediante cauções de duplicatas.”

Continuando diz que, existem dois tipos de caução, aquele em que as duplicatas são selecionadas, ou seja, o credor potencial analisa os pagamentos passados das duplicatas e seleciona as que possuem menor risco, o credor adiantará cerca de 90% do valor total das duplicatas selecionadas; um segundo tipo consiste aquelas que são vinculadas, isto é, se a empresa possui muitas duplicatas de pequeno valor não se faz necessária a seleção pois o custo é muito alto, nestas condições o credor controla o montante total das duplicatas, para esse tipo de caução adianta-se geralmente menos de 50% pois o risco é maior porque a empresa que cauciona poderá falsificar as duplicatas.

De acordo com Gitman³⁵ o processo de caução de duplicatas divide-se em quatro partes: a seleção de duplicatas aceitáveis, que dispõe sobre a qualificação das duplicatas observando seu valor, seus pagamentos passados e seus riscos, se forem bons riscos serão aceitas; o ajuste de duplicatas aceitáveis, estabelece que o credor ajusta o valor para devoluções ou deduções, isto é, se por acaso houverem devoluções de mercadorias ou descontos financeiros o valor do empréstimo será automaticamente reduzido; a determinação do adiantamento, é a porcentagem a ser adiantada pelo credor, ela depende da confiança que o credor tem na duplicata e pode variar de 50% à 90%, dificilmente acima disso; aviso e cobrança, geralmente a caução é efetuada sem notificação ao cliente do tomador pois este pode pensar que a empresa está em dificuldades, se a empresa tomadora desejar será efetuada a notificação, esta forma é mais segura para o credor, mas este, por sua vez, deposita um voto de confiança no tomador.

³⁴ Op. Cit. p. 389.

³⁵ Op. Cit. p. 390 - 392.

Consoante com Gitman³⁶, o custo de caução de duplicatas é geralmente de 2% a 5% acima da taxa preferencial de juros - prime rate, mais uma taxa de serviços de até 3%, pois o credor incorre em custos administrativos.

2.1.2.4 Crédito pessoal

Sanvicente³⁷ afirma que esta modalidade de empréstimo não é uma fonte de recursos para empresas, mas sim para o consumidor final de seus produtos, utilizada para facilitar a compra de bens duráveis (eletrodomésticos, automóveis, em geral), sendo que o mercado financeiro financia e contribui para sustentar o aumento de vendas das empresas que produzem esses bens.

Explica que pode-se descrever o crédito direto ao consumidor como:

“Neste tipo de operação o comprador do produto assina um contrato de financiamento com uma sociedade de crédito, financiamento e investimento, também chamada ‘financeira’, que entrega o valor da compra à empresa vendedora, com alienação fiduciária do produto à ‘financeira’ até o pagamento da última prestação do financiamento pelo comprador.”

No que concerne as “financeiras”, diz que estas, por exigência governamental, entraram neste ramo para estimular as vendas de setores em amplo crescimento e que possuíam amplos efeitos sobre a economia do país, como o automobilístico por exemplo.

2.1.3 Mudanças ocorridas nas instituições financeiras.

No primeiro momento dessa transformação, com a implementação do Plano Real, as instituições financeiras tiveram que adaptar-se, pois sua principal fonte de lucro, que eram os altos juros do mercado financeiro, estavam agora esgotados. As instituições financeiras foram obrigadas, então, a adaptar-se e oferecer seus produtos, isto é, incentivar as aplicações, financeiras e estimular a tomada dos empréstimos que concedia.

Com a queda dos juros nominais aumentou a procura pelos empréstimos. Além

³⁶ GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. 7 ed. - São Paulo - SP: Harbra Ltda., 1997 p. 645.

³⁷ SANVICENTE, Antônio Zoratto. *Administração financeira*. 3 ed. - São Paulo: Atlas, 1987 p. 251.

disso, com uma economia mais estabilizada o planejamento para o futuro ficou mais fácil. Mesmo com a alta dos juros, por causa da crise dos Tigres Asiáticos e da Rússia, os empréstimos continuaram acontecendo.

Não há como voltar atrás nas mudanças ocorridas desde a criação do Plano Real. O país passou por grandes mudanças e todos os setores da economia tiveram que se reestruturar e mudar para acompanhar as alterações drásticas ocorridas na economia mundial.

CAPÍTULO 3

3.1 APRESENTAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A.

A empresa a ser estudada será o Sistema Financeiro BESC (SFBESC). Ele é formado pelo Banco do Estado de Santa Catarina S/A (BESC), BESC S/A - Crédito Imobiliário (BESCRI), BESC Financeira S/A - Crédito, Financiamentos e Investimentos (BESCREDI), BESC S/A - Arrendamento Mercantil (BESC LEASING), BESC S/A - Corretora de Títulos, Valores e Câmbio (BESCAM) e BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (BESCVL). O BESC também participa das seguintes empresas, na qualidade de coligadas: Santa Catarina Seguros e Previdência S/A, Companhia Catarinense de Assessoria e Serviços e Companhia Hidromineral de Piratuba.

O patrimônio líquido do conglomerado é de mais de 290 milhões de reais, sendo que, teve um crescimento de 175,61%, aproximadamente, no pós-Plano Real. Sua solvência resulta num percentual de quase 18% superior ao mínimo exigido pelo Banco Central que é de 11%. Os índices de liquidez corrente e geral são respectivamente de 1,0 e 1,1. O índice de mobilização é de aproximadamente 25%, portanto com um excelente volume de capital de giro próprio destinado a ativos rentáveis.

Apresenta um quadro de funcionários de pouco mais de 5.000 pessoas, que recebem treinamentos constantes para melhoria da capacidade produtiva. São treinamentos não apenas para habilidades funcionais, mas também de interação entre os próprios funcionários e entre funcionários e população. O BESC possui projetos sociais que o levam a uma imagem social bastante positiva para com a sociedade catarinense.

A sede do conglomerado fica no Bairro do Saco Grande, na SC 401, na cidade de Florianópolis, construída no ano de 1998 para facilitar a comunicação no mesmo, com edifícios novos e uma estrutura funcional moderna que torna a agilidade nos negócios mais eficiente e eficaz.

3.2 Análise de arrendamento mercantil.

O primeiro ano a ser analisado é o ano de 1995. Pois, foi neste ano que houve a criação da empresa BESC S/A - Arrendamento Mercantil, como Sociedade Anônima de

Capital Fechado. Teve seus atos homologados pelo Banco Central do Brasil e autorização para funcionamento em 16.02.1995.

Constituiu-se pela Lei Estadual nº9.616, sancionada em junho de 1994 e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 15.06.1994, cujo objetivo social é a prática de todas as operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis, adquiridos de terceiros para uso da arrendatária em sua atividade econômica. Em 1º de agosto teve seu processo de abertura de capital finalizado.

O quadro evidencia o lucro líquido, lucro líquido acumulado, patrimônio líquido, juros e rentabilidade (lucro líquido sobre o patrimônio líquido) do ano de 1995, da empresa Banco do Estado de Santa Catarina S/A.

Quadro 1 – Desempenho econômico do BESC S/A – Arrendamento Mercantil no exercício de 1995.

MÊS	Lucro Líquido R\$	Luc. Líq. Acum. R\$	Patrimônio Líquido R\$	JUROS %	Rentabilidade Do PL %
Janeiro	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-
Março	107.037,59	-	2.763.601,27	-	3,8731
Abril	231.004,96	-	2.696.190,19	-	8,5678
Mai	120.336,31	-	2.540.117,10	-	4,7374
Junho	82.105,77	-	2.721.065,82	-	3,0174
Julho	138.883,84	138.883,84	7.336.426,03	-	1,8931
Agosto	111.439,87	250.323,71	7.336.426,03	2,3421	1,5190
Setembro	(190.009,89)	60.313,82	7.708.540,83	2,7232	-2,4649
Outubro	181.876,81	242.190,63	7.708.540,83	2,8283	2,3594
Novembro	82.182,75	324.373,38	7.708.540,83	2,8060	1,0661
Dezembro	190.839,45	515.212,83	8.029.825,51	2,9281	2,3766

Para todos os quadros os juros foram fornecidos pelo Banco do Estado de Santa Catarina, a rentabilidade do PL com a fórmula do Retorno Sobre o Capital Próprio obtém-se dividindo-se o lucro líquido pelo total do patrimônio líquido, observando que o saldo total deste muda apenas a cada semestre, isto é, para cada semestre o saldo do patrimônio líquido será sempre o mesmo.

No início de 1995, isto é, no primeiro semestre, o Banco Central do Brasil exigia que se fechassem as contas dos balancetes e se apurasse o lucro líquido mensalmente por isso não há lucro líquido acumulado até este período. A partir de então, o lucro líquido é apurado semestralmente, portanto o lucro líquido acumulado no período é zerado a cada seis meses. Os juros cobrados dos clientes foram fornecidos apenas a partir de agosto de 1995, observando-se que estes são os juros médios mensais.

De julho em diante observa-se uma grande mudança no patrimônio líquido, isto ocorreu devido ao aumento de capital social deliberado em maio do mesmo ano no valor de R\$ 4.250.000,00 integralizados durante o ano a partir de julho. Tal fato deve-se as perspectivas de aumento das operações de arrendamento mercantil em decorrência de uma certa estabilidade econômica.

A rentabilidade registrada, neste ano, pelo BESC S/A - Arrendamento Mercantil foi de 7,09% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

Ainda, neste ano mesmo, o Plano real completa um ano e meio de existência. Por conseguinte, ocorreu o controle da inflação, a confiança da sociedade na estabilização monetária e voltou-se a buscar o desenvolvimento sustentado para um cenário econômico globalizado e competitivo, segundo o relatório do BESC S/A - Arrendamento Mercantil.

Segurou-se as reservas cambiais através da política cambial e monetária. Há a introdução do sistema de bandas para as taxas de câmbio, medidas de controle das importações e do crédito, desindexação da economia. Acontece uma política rígida com queda na atividade econômica e elevação do número de insolvências.

Nos primeiros meses de 1995 a economia foi impulsionada, mas a partir do segundo trimestre, com as medidas de controle da inflação houve redução no ritmo da atividade econômica. Para amenizar os efeitos houve redução nos recolhimentos compulsórios. Há uma previsão de queda gradual para os juros em 1996 segundo o relatório do BESC S/A - Arrendamento Mercantil.

Observa-se que no ano de 1995 há uma certa estabilidade com o arrendamento mercantil quanto aos lucros e juros, excetuando-se o mês de setembro, quando há um prejuízo líquido de aproximadamente 190 mil reais, certamente ocorrido devido à inexperiência no ramo da empresa que foi criada neste ano, mas com uma recuperação já no mês seguinte.

O Quadro 2 apresenta dados relacionados ao desempenho a empresa objeto de estudo, referente o ano de 1996.

Quadro 2 – Desempenho econômico do BESC S/A – Arrendamento Mercantil no exercício de 1996.

MÊS	Lucro Líquido R\$	Luc. Líq. Acum. R\$	Patrimônio Líquido R\$	JUROS %	Rentabilidade Do PL %
Janeiro	105.300,86	105.300,86	8.424.539,19	2,9066	1,2499
Fevereiro	51.249,48	156.550,34	8.424.539,19	2,9218	0,6083
Março	102.622,25	259.172,59	8.424.539,19	2,9209	1,2181
Abril	67.140,54	326.313,13	8.424.539,19	3,1274	0,7970
Maio	203.693,69	530.006,82	8.424.539,19	2,7602	2,4179
Junho	182.851,12	712.857,98	8.424.539,19	2,8304	2,1705
Julho	94.729,98	94.729,98	8.968.093,40	2,7356	1,0563
Agosto	132.724,60	227.454,58	8.968.093,40	2,7559	1,4800
Setembro	46.901,79	274.356,37	8.968.093,40	2,5234	0,5230
Outubro	7.774,72	282.131,09	8.968.093,40	2,6606	0,0867
Novembro	38.278,43	320.409,52	8.968.093,40	2,6487	0,4268
Dezembro	31.378,95	351.788,47	8.968.093,40	2,6243	0,3499

Como já foi explicado no quadro anterior, a apuração do resultado é efetuada semestralmente, portanto a coluna de lucro líquido acumulado no período é zerada no mês de junho.

A rentabilidade do primeiro semestre de 1996 foi de 8,20% sobre o patrimônio líquido médio, enquanto a rentabilidade anual foi de 12,06%. Percebe-se que neste ano devido a relativa estabilidade e sem nenhum abalo significativo financeiro, o resultado da instituição financeira apresenta-se positivo. Apesar do crescimento o arrendamento mercantil sofreu uma pequena queda no segundo semestre, isto é, não foi tão bom quanto o primeiro, porque a maior parte dos lucros adveio do primeiro, os juros permaneceram constantes, exceto no mês de abril, mas logo após o patamar é normalizado. Nota-se que a rentabilidade varia durante o ano, sendo que o pico de rentabilidade ocorre no mês de maio e o menor índice acontece em outubro.

Neste ano a inflação ficou em torno de 9,20%, medida pelo IGP-M. Isto significa um decréscimo de 15,24% em relação ao ano de 1995.

Inicia-se o declínio de juros reais no mercado interno com os juros internacionais

estáveis, segundo relatórios fornecidos pelo BESC. O mesmo relatório informa que houve grande inadimplência em todos os setores econômicos e o Governo Federal adota medidas de alívio de crédito e de estímulo às exportações.

Consoante o relatório do BESC, a atividade industrial apresentou recuperação, mas com desempenho desigual entre os setores produtivos. Por sua vez, as instituições financeiras adaptam-se à economia estável, atividades redirecionadas para intermediação financeira e prestação de serviços.

Segundo o relatório do BESC S/A - Arrendamento Mercantil, do ano de 1996, “No período pós-Plano Real o SFBESC acompanhou a tendência da maioria das instituições financeiras melhor estruturadas, obtendo desempenho positivo no período e ampliando significativamente a sua situação patrimonial.”

Neste ano, o Plano Real completara dois anos e meio de relativo sucesso, com conquistas que proporcionaram à população uma sensação de equilíbrio. Tal viabilizou planejamentos futuros para compras de bens duráveis e não duráveis, viagens e consumo em geral, até tornar o país mais respeitado frente a comunidade mundial.

O Quadro 3 contém dados sobre o desempenho econômico, no ano de 1997, do BESC S/A – Arrendamento Mercantil.

Em outubro de 1997 ocorre um aumento de capital de dez milhões de reais, apesar da crise asiática ter atingido o país no último trimestre de 97 e, por conseguinte, ter havido uma retração dos tomadores de crédito. Porém isso não afetou tanto o setor de arrendamento mercantil, pois o governo federal abriu também esta modalidade de empréstimo às pessoas físicas proporcionando um significativo crescimento na área, na verdade o setor tomou grande impulso após esta abertura.

No primeiro semestre de 1997 a rentabilidade foi de 5,23% sobre o patrimônio líquido médio e a rentabilidade anual foi de 7,78%.

No primeiro semestre a inflação atingiu 5,1% medida pelo IGP-M. Segundo relatório semestral BESC S/A - Arrendamento Mercantil a indústria teve bom desempenho, com previsão de crescimento maior que 96, ocorrendo também aumento de vendas no comércio pela facilidade do crédito direto ao consumidor. No entanto, o governo toma medidas restritivas para evitar crescimento excessivo de consumo, em decorrência dos constantes déficits comerciais com o exterior. Não obstante, ainda continua pendente grande parte da reforma constitucional.

Quadro 3 – Desempenho econômico do BESC S/A – Arrendamento Mercantil no exercício de 1997.

MÊS	Lucro Líquido R\$	Luc. Líq. Acum. R\$	Patrimônio Líquido R\$	JUROS %	Rentabilidade Do PL %
Janeiro	35.723,33	35.723,33	9.236.332,11	2,7482	0,3868
Fevereiro	26.329,89	62.053,22	9.236.332,11	2,7043	0,6718
Março	167.823,05	229.876,27	9.236.332,11	2,8393	1,8170
Abril	53.227,00	283.103,27	9.236.332,11	2,8342	0,5763
Maió	127.682,34	410.785,61	9.236.332,11	2,8242	1,3824
Junho	82.278,16	493.063,77	9.236.332,11	2,7879	0,8908
Julho	4.142,17	4.142,17	9.612.293,24	2,7648	0,0431
Agosto	160.067,65	164.209,82	9.612.293,24	2,7242	1,6652
Setembro	153.080,33	317.290,15	9.612.293,24	2,7249	1,5925
Outubro	167.728,48	485.018,63	19.612.293,24	2,6164	0,8552
Novembro	137.325,69	622.344,32	19.612.293,24	2,8120	0,7002
Dezembro	25.697,39	648.041,39	19.612.293,24	3,6117	0,0131

De acordo com o relatório da empresa, o Plano Real completa três anos com inflação de 8% nos últimos doze meses, ostenta saldo positivo no balanço entre custos e benefícios, mas todos os setores neste primeiro semestre apresentam grande inadimplência, os juros continuam estáveis e o futuro apresenta grandes desafios.

No segundo semestre, o Mercado Financeiro Internacional passa por turbulências cuja duração é imprevisível (crise asiática). A Comunidade Financeira Internacional se esforça para restringir os impactos da crise, mas os efeitos são de caráter mundial, influenciando as economias dos países, os fluxos de capitais e o comércio internacional.

Atenta-se para a elevação significativa das taxas de juros, ainda que isso provoque a estagnação econômica. A inflação do ano ficou em 7,74%, medida pelo IGP-M e de 4,83% pelo IPC-FIPE, o que possibilita a maior confiança de toda a sociedade na estabilidade da moeda.

Ocorre o lançamento do pacote fiscal, que deu maior agilidade no andamento das reformas constitucionais no congresso.

A crise afeta também o Sistema Financeiro Brasileiro, com perda da rentabilidade de vários ativos, pela desvalorização no mercado e pela perda de ganhos decorrentes da elevação dos custos de captações internas e da dificuldade de captações externas, pois os investidores passaram a desconfiar dos países emergentes e de sua capacidade de pagamento de suas dívidas.

No início de 1997 começou a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF.

Os juros primários e os tomadores de crédito vinham tendo constantes quedas até outubro de 1997, quando foram aumentados em, praticamente, 100% os juros primários (TBC, TBAN, SELIC). A consequência disso tudo é a retração da economia, o aumento da inadimplência que afetou o Sistema Bancário

Observa-se que os juros do arrendamento mercantil permanecem constantes até dezembro de 1997, quando aumentam drasticamente. Todavia, o setor que, com a abertura para pessoas físicas aumentou seu mercado, sofre com a crise mas tem a compensação da abertura, o aumento de capital só prova a confiança no crescimento do setor.

Por último, no Quadro 4, são evidenciados dados sobre desempenho econômico do BESC S/A – Arrendamento Mercantil, referente o ano de 1998.

O lucro líquido apurado no primeiro semestre foi de aproximadamente 303 mil reais, produzindo uma rentabilidade de cerca de 1,50% sobre o patrimônio líquido médio. Já o segundo semestre teve um lucro líquido aproximado de um milhão, gerando uma rentabilidade anual de aproximadamente 7,26% sobre o patrimônio líquido médio.

Com a crise da Ásia os juros aumentaram bruscamente a partir de dezembro de 1997, reduzindo-se gradualmente a partir de maio, mas em novembro com a crise russa os juros dispararam novamente. Apesar de apresentar um alto lucro líquido, se comparado com os lucros dos últimos anos, os recursos captados no exterior ficaram escassos. Ressalte-se este ano também obtiveram-se três meses de prejuízos.

Segundo o relatório do BESC S/A – Arrendamento mercantil, as perspectivas para o primeiro semestre ainda eram positivas. Houve uma queda na inflação, o IGP-DI/FGV mediu um índice de 1,51%, o IGP-M obteve 1,99%, o IPC-FIPE 1,18%. A taxa de câmbio R\$/Dólar foi de 1,35%, a taxa média SELIC foi de 12,56.

Não obstante, a atuação da Autoridade Monetária foi forte em todo país em todo período pós-Plano Real, estabelecendo juros primários elevados. A política monetária restritiva objetivava captação de recursos no exterior e manutenção das expressivas reservas

cambiais. No entanto, trouxe reflexos danosos para a indústria, o comércio, os serviços e pessoas físicas consequentemente para o Sistema Financeiro Nacional por causa da inadimplência.

Quadro 4 – Desempenho econômico do BESC S/A – Arrendamento Mercantil no exercício de 1998.

MÊS	Lucro Líquido R\$	Luc. Líq. Acum. R\$	Patrimônio Líquido R\$	JUROS %	Rentabilidade Do PL %
Janeiro	194.606,15	194.606,15	20.106.424,79	3,8000	0,9679
Fevereiro	119.959,36	314.456,51	20.106.424,79	3,3809	0,5966
Março	56.618,64	371.184,15	20.106.424,79	3,3014	0,2816
Abril	(73.444,49)	297.739,66	20.106.424,79	3,0995	-0,3653
Mai	130.006,56	427.746,22	20.106.424,79	2,8575	0,6466
Junho	(125.220,23)	302.525,99	20.106.424,79	2,7585	-0,6228
Julho	312.012,90	312.012,90	20.337.100,86	2,7636	1,5342
Agosto	(15.690,54)	296.322,36	20.337.100,86	2,7208	-0,0772
Setembro	289.454,14	585.776,50	20.337.100,86	2,9489	1,4233
Outubro	64.297,15	650.073,65	20.337.100,86	2,8222	0,3162
Novembro	270.611,67	920.685,32	20.337.100,86	3,3433	1,3306
Dezembro	244.183,96	1.164.869,28	20.337.100,86	3,0830	1,2007

De acordo com o relatório do BESC, o primeiro semestre foi positivo, com reservas cambiais elevadas, melhora de fluxo de capitais que é predominantemente de longo prazo, com destaque para os ingressos de investimentos estrangeiros diretos; o déficit do primeiro semestre foi de 46%, número menor do que aquele calculado para o mesmo período de 1997, com queda do PIB de 3,8% para 3,6%; nesse período obteve-se um superávit de doze milhões de dólares.

No segundo semestre de 1998, como pode-se observar na revisão bibliográfica deste estudo, a Rússia foi tomada pela crise, quando decretou a moratória e colocou novamente a economia mundial em cheque.

A moratória da Rússia teve um efeito devastador na economia brasileira. Pois as

reservas cambiais diminuíram drasticamente e o Brasil passou a ser observado pelos investidores com mais cuidado. Os investidores desconfiaram ainda mais porque as reformas constitucionais ainda não estavam totalmente aprovadas, o país perdia cada vez mais credibilidade frente à comunidade econômica internacional.

O Sistema Financeiro Nacional sofreu intensamente com a crise. Apesar disso, o BESC S/A - Arrendamento Mercantil obteve o melhor lucro desde sua criação. Ainda que a crise tenha sido flagrada no segundo semestre de 1998 este foi o semestre com melhor desempenho no ano, pois a maior parte dos investimentos aconteceram neste período.

3.3 Análise dos juros da caução de duplicatas a receber.

Em se tratando da caução de duplicatas, inicialmente variava de 4% à 5% de janeiro de 1997 à outubro do mesmo ano, constatou-se também que de primeiro de janeiro à dezenove de fevereiro este tipo de empréstimo era de trinta dias a partir dessa data até o final do ano passou a ser de sessenta dias.

Em novembro do mesmo ano quando foi deflagrada a crise asiática os juros aumentaram e ficaram de 5% à 6% esta situação durou até onze de março de 1998 quando passou para 4,1% à 5,4% até cinco de agosto, durante um pequeno período de tempo, de seis de agosto a onze do mesmo mês, os juros ficaram em 3,9% à 5,2%, após esse período os juros diminuíram ainda mais, e ficam em 3,8% à 5,1% ,até dez de setembro quando os juros sobem para 5,15% à 7,15%, certamente refletindo a crise que assolou a Rússia e assim permaneceram até quinze de novembro quando diminuíram para 4,7% à 6,7% e conservou-se desta maneira até o final do ano.

3.4 Análise dos juros do crédito pessoal.

Os dados fornecidos pela instituição financeira, relacionados ao crédito pessoal restringiram-se aos juros cobrados nos anos de 1997 e 1998. Portanto, a análise ater-se-á a este período. As informações foram obtidas a partir de comunicados eletrônicos que circulam pelas agências bancárias e que norteiam as operações de empréstimo da instituição.

Com relação ao crédito pessoal, este manteve-se constante em 4,5% de janeiro de 1997 a outubro do mesmo ano. A partir de novembro, com a crise asiática, os empréstimos passaram sofrer juros de 6,3%. Neste momento, o BESC abriu ao crédito pessoal a possibilidade de juros pós-fixados também, com juros de 3,8% mais TR. Estes juros permaneceram até doze de março de 1998, quando os juros pré-fixados mudaram para 5,5% e os juros pós-fixados permaneceram iguais até sete de agosto, quando os juros pré-fixados mudaram novamente para 4,9% e os pós-fixados ficaram em 3,5% mais TR. Em dez de setembro ocorrem novas mudanças, os juros pré-fixados ficaram em 6,5% e os pós-fixados em 4,6% mais TR. Esta situação durou até dezesseis de novembro quando os juros pré e pós-fixados mudaram, o primeiro para 5,9% e o segundo para 4%, permanecendo assim até o final de 1998.

Constata-se que os juros permanecem constantes até o aparecimento das crises asiática e russa nos anos de 1997 e 1998. E em seguida os mesmos diminuíram gradativamente ao longo dos anos. Os juros pós-fixados foram criados a partir do momento em que se deflagrou a crise asiática e permaneceram durante a crise russa, que colocou o Brasil na mira dos investidores.

Por conseguinte o país sofreu com a especulação monetária e o ataque à sua moeda, o Real. Para conter as saídas de dólares, que diminuíam as reservas cambiais, o governo federal elevou os juros primários, fazendo com que os bancos aumentassem os seus juros também.

3.5 Comparação entre rentabilidade pré e pós Plano Real.

Segundo o Banco do Estado de Santa Catarina, os empréstimos cresceram com a diminuição dos juros, pois realizar aplicações financeiras após a estabilização da economia e a queda da inflação não valeria a pena com uma rentabilidade tão baixa.

Antes do Plano Real os juros cobrados eram altos e geravam bons lucros para a empresa, após a introdução do plano os juros caíram vertiginosamente, porém a quantidade de empréstimos realizados aumentou. Este aumento gerou lucros para o BESC e compensaram a queda dos juros.

Vale lembrar que o arrendamento mercantil surgiu no BESC S/A apenas por causa da criação do Plano Real, que possibilitou ao Banco do Estado de Santa Catarina a diversificação de seus investimentos.

O Plano Real transformou a vida dos brasileiros. Experimentou-se uma estabilidade que o povo não estava acostumado, com inflação controlada, e um retorno da confiança na economia nacional por parte dos investidores externos.

Inicialmente o Plano Real foi um sucesso pelos motivos já mencionados, mantido através de uma política de atração de dólares para reter as reservas cambiais e permitir a queda da inflação a patamares aceitáveis.

A economia brasileira cresceu e ganhou confiança da população e dos investidores externos. Durante algum tempo viveu-se em grande prosperidade. Porém o governo federal demorou a aprovar as reformas constitucionais e as crises asiática e russa mostraram que a economia brasileira é frágil e o quanto necessita de investimentos estrangeiros para manter-se estável economicamente.

Primeiramente, a crise asiática fez com que os investidores olhassem com maior desconfiança para os chamados países emergentes, isto é, aqueles dependentes de capital estrangeiro para financiar suas economias, e duvidassem de sua capacidade de pagamento. Apesar disso, os países centrais tentaram manter essas economias estabilizadas para que o estrago não fosse tão grande.

A crise da Rússia chegou como um turbilhão avassalador nas economias mundiais. A partir de então, os dólares das reservas cambiais brasileiras começaram a diminuir, os investidores perdiam a confiança na capacidade do Brasil pagar seus compromissos, ainda mais porque nem todas as reformas constitucionais foram aprovadas e o déficit brasileiro ultrapassava os níveis aceitáveis pela economia mundial. Neste momento, foi quando o país pediu ajuda financeira ao Fundo Monetário Mundial (FMI) para salvar o Real, pois os investidores estavam especulando contra a moeda.

Todas as crises fazem com que se veja o quão descomprometido é o capital volátil que circula pelo mundo e o quanto ele pode afetar as economias mundiais. Tal isto provoca discussões de regulamentação sobre o que se pode fazer para controlar esse capital sua entrada e saída dos países.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.

O presente estudo teve como objetivo geral a análise do reflexo do Plano Real na rentabilidade de diversos tipos de empréstimos oferecidos por instituições financeiras.

Desse modo, caracterizou-se os tipos de empréstimos pretendidos na pesquisa, através de um estudo de caso do Banco do Estado de Santa Catarina, quais sejam: arrendamento mercantil, caução de duplicatas a receber e crédito pessoal.

Em referência ao arrendamento mercantil, observou-se que as instituições financeiras utilizam-se do tipo de arrendamento mercantil financeiro, também conhecido como de capital, que é mais rígido em suas cláusulas, assemelhando-se a um empréstimo de longo prazo. Este tem a vantagem que a arrendatária pode adquirir o bem ao final do arrendamento ou renová-lo.

No que concerne, a caução de duplicatas a receber, considera-se este como um empréstimo de curto prazo. É bastante utilizado por causa da sua liquidez pelos bancos comerciais e pelas financeiras.

No caso do crédito pessoal, este desperta grande interesse do consumidor final e das empresas, pois financia a compra de bens duráveis. Estimula a abertura de micro e pequenas empresas e, além da continuidade de seus negócios, entre outros aspectos.

O terceiro capítulo abrange a apresentação do Banco do Estado de Santa Catarina S/A, além de apresentar dados sobre a evolução dos tipos de empréstimos relacionados anteriormente, no mesmo. Em se procedendo uma análise percebe-se que, apesar das crises ocorridas ao longo dos últimos anos, a instituição em questão manteve-se em contínua expansão, captando recursos no mercado. Esta faz um planejamento de suas atividades, inclusive de longo prazo, isto é, apesar de todas as altas dos juros a empresa mantém seus investimentos e prevê a ampliação da sua fatia no mercado nacional.

Constatou-se que as mudanças ocorridas entre estes empréstimos antes e depois do plano real, evidenciadas durante todo o estudo, consistem da redução dos juros e o conseqüente aumento das vendas destes.

Para a comparação entre os empréstimos pré e pós-Plano Real, as informações fornecidas pelo Banco do Estado de Santa Catarina foram analisadas, na medida do possível, limitando-se às datas já explicitadas durante o estudo. Vale lembrar que a opção de empréstimo de arrendamento mercantil surgiu, como produto do BESC S/A, apenas em 1995, a partir da criação do Plano Real.

Recomenda-se, para futuros trabalhos, replicar esta pesquisa em outra instituição financeira para poder efetuar uma comparação, ou mesmo atentar-se para outro setor da economia, como por exemplo o setor comercial e de serviços, já que estes setores tendem a se desenvolver de acordo com as perspectivas do mercado.

BIBLIOGRAFIA.

BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A, Relatório anual de 1994.

_____. 1995.

_____. 1996.

_____. 1997.

_____. 1998.

BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A – ARRENDAMENTO
MERCANTIL. Relatório Anual de 1994.

_____. 1995.

_____. 1996.

_____. 1997.

_____. 1998.

BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Manual de Serviços 9, Operações
Gerais.

GASPAR, Elio. Brasil, *VEJA*. Ed. Abril: São Paulo – SP. 1347, p. 22-25, 06 de julho de 1994.

GITMAN, Lawrence J.. *Princípios de administração financeira*. 3 ed. São Paulo: Harbra, 1987.

GITMAN, Lawrence J.. *Princípios de administração financeira*. 3 ed. São Paulo: Harbra, 1997.

Economia & Negócios, *VEJA*. Ed. Abril: São Paulo – SP, ed. 1329 p. 80-86, 02 de março de 1994.

ÉPOCA. Brasil: Globo, 18 de janeiro de 1999. Semanal.

LAVORATTI, Líliliana Henriqueta. Copom dobra os juros básicos da economia, *Gazeta Mercantil*. São Paulo. p. B1, 31 de outubro de 1997.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia Geral*, 4 ed. São Paulo: Atlas, 1981.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*, 2 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

NASCIMENTO NETO, Antenor. O terror que vem da Rússia, *VEJA*. Ed. Abril: São Paulo ed. 1562, p. 124. 02 de setembro de 1998.

O Plano Real e outras experiências internacionais de estabilização - Brasília: IPEA/CEPAL, 1997.

PEREIRA, Luiz Bresser e NAKANO, Toshiaki. *Inflação e recessão: a teoria da inércia inflacionária - as contradições da inflação brasileira*. 3 ed. São Paulo - SP: Brasiliense - 1991.

PETRY, André. Busca de Identidade, *VEJA*, Ed. Abril: São Paulo – SP. ed. 1347. p. 30-33, 06 de julho de 1994.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey F.. *Administração financeira*. São Paulo: Atlas, 1995.

SANVICENTE, Antônio Zoratto. *Administração financeira*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

SALOMON, Décio Vieira. *Como fazer uma monografia; elementos da metodologia do trabalho científico*. 2 ed. Belo Horizonte, Interlivros, 1972.

SALOMON, Décio Vieira. *Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico*. 6 ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 13 ed. São Paulo: Autores Associados, 1986.

VEJA. Brasil: Abril, 3 de fevereiro de 1999. Semanal.